

Título - EDUCAÇÃO URBANA: CONSTRUINDO CIDADANIA E SOCIABILIDADE EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE MINAS GERAIS, BRASIL

Eixo Temático - Extensión, docencia e investigación

Autores - RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne; PEREIRA DE DEUS, Maria Alba; SILVA, Maristela Siolari da; ALBRECHT, Clarissa Ferreira; SOARES, Josarlete Magalhães; BRAZ, Zoleni Lamim.

Referência Institucional – Universidade Federal de Viçosa – Minas Gerais/Brasil

Contatos: Geraldo Browne Ribeiro Filho – geraldobrowne@gmail.com

Resumo

O rápido adensamento das cidades brasileiras desde a década de 1950, sem o devido controle do poder público no provimento de infraestruturas e serviços urbanos produziu espaços cada vez mais desiguais, fragmentados, excludentes, onde impera a insegurança. Alcançar o pleno direito à cidade está cada vez mais custoso. Desde a década de 1980, com a volta da normalidade democrática no país após longo período de ditadura, verificaram-se avanços importantes na formulação de um arcabouço jurídico institucional, como a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade. No entanto, pouco se avançou na institucionalização desses avanços nas práticas sociais cotidianas, por exemplo, na ocupação dos espaços abertos para participação em conselhos, nos processos de formulações de planos diretores e demais normas urbanísticas. Este projeto de extensão – do qual participam professores e estudantes dos Departamentos de Arquitetura e Urbanismo e de Educação da Universidade Federal de Viçosa - tem como objetivo enfrentar esta problemática, formando cidadãos e cidadãs, na condição de agentes sociais coletivos e emancipados que, como habitantes da cidade, contribuam para torná-la mais humana, sociável, menos desigual, fragmentada e excludente, colaborando, assim, para uma maior coesão social e urbana. O projeto é resultado da união de conhecimentos de Arquitetura, Urbanismo e Pedagogia para a formação integral do cidadão, e a este processo e às ações correspondentes denominamos “educação urbana”. A cidade é o objeto de trabalho e reflexão escolhido. Construída pelo ser humano, ela sintetiza o elevado grau de complexidade da capacidade humana de intervir na natureza e modificá-la, além de expressar em seu território a sociedade que a constrói. As cidades capitalistas, bem como a sociedade que a constitui são fragmentadas, divididas, excludentes, injustas e são suas contradições que estão no centro das atenções deste projeto. O projeto está sendo implementado em três escolas públicas nas cidades de Viçosa e Ervália, Minas Gerais, Brasil, envolvendo cerca de 265 estudantes por ano. Cinco professores e dez estudantes da Universidade Federal de Viçosa formam a equipe responsável pelo projeto. As atividades duram uma hora-aula e são semanais. A abordagem metodológica adotada é aquela conhecida como pesquisa-ação, que se fundamenta na ideia de se conhecer a realidade com a qual está se trabalhando para, desta forma, formular ações condizentes com esta realidade visando transformá-la, ou seja, atividades de extensão sendo desenvolvidas *pari passu* com a pesquisa. As principais atividades desenvolvidas abordam a cidade em suas várias dimensões: física-territorial, ambiental, social, política, institucional, econômica, simbólica. E em várias escalas: da casa, da rua, do bairro, da cidade, da região. Na dimensão física-territorial, por exemplo, realizam-se percursos urbanos com a finalidade de analisar a morfologia urbana; na dimensão político-institucional são realizadas visitas à Câmara Municipal com a finalidade de apresentar aos vereadores as reivindicações das crianças, anteriormente elaboradas durante as atividades. Principais resultados: aquisição de visão crítica a respeito da realidade urbana; aumento de interesse pelas questões urbanas, como fragmentação do espaço urbano, poluição ambiental, patrimônio cultural, espaços públicos, participação popular, mobilidade e acessibilidade urbana etc.

Introdução

Este artigo discute a experiência que vem se desenvolvendo por meio do projeto de extensão universitária *Educação Urbana: construindo cidadania e sociabilidade em escolas municipais de Minas Gerais, Brasil*. Criado em 2007, este projeto é resultado da união de conhecimentos dos campos da Arquitetura, do Urbanismo e da Educação, e vem sendo implementado por professores e estudantes dos Departamentos de Arquitetura e Urbanismo e de Educação da Universidade Federal de Viçosa.

O projeto tem como objetivo formar cidadãos e cidadãs, na condição de agentes sociais coletivos e emancipados que, como moradores da cidade, contribuam para torná-la mais humana, sociável, menos desigual, fragmentada e excludente, colaborando, assim, para uma maior coesão social e urbana. O projeto elegeu a cidade como objeto de trabalho e reflexão. Construída pelo homem, a cidade sintetiza o elevado grau de complexidade da capacidade humana de intervir na natureza e modificá-la, além de expressar em seu território a sociedade que a constrói. As cidades capitalistas bem como a sociedade que as constitui são fragmentadas, divididas, excludentes e injustas e são suas contradições que estão no centro das atenções do projeto, bem como sua rica diversidade social, econômica, política, ambiental e cultural.

O projeto discute a dinâmica da cidade abrangendo questões como as ligadas à produção desigual do espaço urbano, formação de favelas e “guetos”, política urbana, planejamento e gestão urbanos, preservação da memória e do patrimônio cultural, mobilidade urbana, acessibilidade, habitação, meio ambiente, infraestrutura etc. Ele visa também levar aos participantes uma visão de cidade e de mundo diferente daquela que tem sido difundida diuturnamente pela mídia hegemônica, centrada no enaltecimento do culto ao consumo, no individualismo e no estímulo à competitividade.

Alguns princípios norteiam o projeto. Um deles se respalda na convicção de que a cidade pertence a todos os cidadãos, a todos seus habitantes, e não apenas a um grupo de pessoas que detém o capital econômico e político. Todas as pessoas têm o direito de participar de formas direta ou representativa da elaboração, definição e fiscalização da implementação de políticas públicas, como forma de democratizar o processo de gestão urbana.

Outro princípio tem como premissa que todas as pessoas têm direito a uma cidade democrática, justa, equitativa e sustentável, sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia e orientação política e religiosa, preservando a memória e a identidade cultural, conforme estabelece a Carta Mundial do Direito à Cidade¹. O direito à cidade pressupõe o exercício pleno e universal por todos os habitantes de todos os direitos econômicos, sociais, culturais,

¹ Carta redigida por várias entidades da sociedade civil a partir de discussões iniciadas durante o Fórum Social Mundial de 2001, realizado em Porto Alegre (RS) e no Fórum Mundial Urbano, ocorrido em Barcelona, 2004 (CAVALCANTI, 2008, p. 9).

civis e políticos, tais como: o direito ao trabalho e às condições dignas de trabalho; o direito a uma vida em família, o direito à previdência, o direito a um padrão de vida adequado, o direito à alimentação e vestuário adequados, o direito à habitação digna, o direito à saúde, o direito à educação e à cultura, o direito à participação política etc. (Carta Mundial do Direito à Cidade, 2004).

A ideia de educação urbana se estrutura, portanto, na associação entre educadores e urbanistas com vistas a formar cidadãos tendo como objeto de análise e reflexão a cidade. Essa noção está ligada à ideia de formar para a vida urbana, de capacitar as pessoas para viver de forma plena na cidade tendo como base princípios tais como solidariedade, sociabilidade, cooperação, respeito ao espaço público, ao meio ambiente, democracia, responsabilidade, sentido de coletividade.

De acordo com Lessa (2007), a educação urbana

deve basear-se nos novos papéis e espaços que a democracia abriu para os cidadãos brasileiros. É a necessidade da sociedade – como um todo - reagir ao descontrole urbano e à desesperança de vida que torna oportuna a aproximação de urbanistas e educadores. A prática mostra que, isolados em seus ofícios e instrumentos – de propor cidade e de formar novos cidadãos - eles têm um horizonte limitado de possibilidades (LESSA, 2007).

O autor destaca que a educação urbana deve também

contribuir para preparar cada um para o exercício de convivência no espaço público. Deve mostrar a necessidade do indivíduo se deslocar para a ótica do coletivo; deve sensibilizar a todos sobre a interferência das construções privadas e públicas sobre a qualidade do espaço público; deve acentuar a necessidade de preservar o patrimônio cultural, as áreas livres e o ambiente natural (LESSA, 2007).

Programas relacionados à educação urbana vêm sendo implementados mundo afora. Ainda na década de 1990, em Barcelona, foi criada a Associação Internacional de Cidades Educadoras que congrega cidades da Europa e da América, e cada vez mais cidades se associam buscando o ideal de educar pela cidade. Plutarco² já dizia “a cidade é o melhor mestre”.

Segundo Fernandes (2009), esse ideal das cidades educadoras pauta-se na crença de que

os alunos jovens e adultos, as famílias, as empresas, as organizações culturais, desportivas e recreativas, os movimentos de cidadãos, os serviços públicos e os municípios, enquanto instâncias de representação política de todos os cidadãos residentes na cidade, constituem elementos fundamentais na reformulação de uma educação urbana que transforme a cidade de um mero local geográfico de concentração de habitantes mais ou menos anônimos, numa cidade educadora onde todos se sintam integrados numa rede de relações e de projetos que façam da cidade um território onde se goste de viver (FERNANDES, 2009).

Este projeto abraça esta ideia e propõe contribuir para redefinir as relações entre cidade e educação, e, com isso, as relações entre cidadãos e cidade.

² Filósofo e prosador grego que viveu no período Greco-romano.

O projeto surge, portanto, do pressuposto de que a cidade como criação humana se constitui em elemento fundamental para a formação da cidadania. De acordo com Cavalcanti (2008, p. 8), a cidade, por si mesma, “contribui para formação da cidadania; seu próprio arranjo espacial forma valores, induz a determinados comportamentos, apresenta informações sobre seus diferentes lugares e atividades”. Ainda segundo a autora, “é no exercício da cidadania que se pode arrebatá-la das classes dominantes, do capital, a cidade – arrebatá-la para os cidadãos” (CAVALCANTI, 2008, p. 70).

A escolha da cidade como objeto de trabalho deve-se ao fato de que, atualmente, mais da metade da população do planeta é urbana. O modo de vida que tem prevalecido é o urbano. No Brasil, a população urbana representa mais de 85% da população total. Esta taxa só tende a crescer, sendo que em algumas cidades, como Viçosa – um dos locais de implantação do projeto – a população urbana já representa cerca de 93% da população total, que, atualmente corresponde a 72.220 habitantes. Em Ervália, outro município no qual o projeto é implantado, a população total corresponde a 17.946 habitantes e a população urbana corresponde a 52% desse total (IBGE, 2010), tendendo a crescer. No entanto, independentemente de a população estar morando ou não na cidade, o que se percebe é que há uma tendência à “urbanização completa da sociedade” (LEFEBVRE, 2002, p. 15). Uma “sociedade urbana” está em formação como resultado da tendência à urbanização completa.

A cidade está no centro das atenções do projeto devido também ao modo como tem ocorrido o processo de urbanização no Brasil, caracterizado pela rapidez e pelo papel regressivo do poder público no seu controle. O início do processo de urbanização no Brasil está atrelado ao início da industrialização nos anos 1930. A partir dos anos 1950, o processo se acentua e nos anos 1970 se intensifica. Em 1940, a população brasileira era de 41,2 milhões de habitantes. Destes, apenas 31,2% viviam em áreas urbanas e 68,8% no campo. Até a década de 1960, a população urbana permanecia menor do que a rural. Em 1970, a situação começa a se inverter. A população total do país atinge 94,5 milhões de habitantes e a população urbana (56,0%) ultrapassa a população rural (44%). Em 1980, a população total chegou aos 121,0 milhões de habitantes, sendo que a população urbana cresce ainda mais, representando 67,7% do total e a população rural decresce para 32,3% do total. São cerca de 82,0 milhões de habitantes morando nas cidades. Atualmente, a população total do país corresponde a mais de 190 milhões de habitantes, sendo que a população urbana é de cerca de 161 milhões de habitantes (85%) e a rural de 29 milhões (15%) (IBGE, 2010).

Este processo de urbanização se deu de forma desigual no território, sendo que a maior parte da população se concentra na Região Sudeste. O estado mais populoso é São Paulo, seguido de Minas Gerais, com cerca de 20 milhões de habitantes. O Brasil possui

5560 municípios, sendo os três mais populosos: São Paulo (11,2 milhões de habitantes), Rio de Janeiro (6,3 milhões de habitantes) e Salvador (2,7 milhões de habitantes). Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, ocupa a sexta colocação com uma população de 2,4 milhões de habitantes. Nas décadas anteriores a migração campo-cidade foi expressiva; na atualidade, é a migração cidade-cidade que se destaca, o que aponta para um país cada vez mais urbano.

Deve-se ressaltar que a urbanização no Brasil é fruto principalmente de políticas de desenvolvimento que fomentaram a concentração de renda e de poder em determinadas camadas da população, estimularam a modernização do campo, provocando a migração campo-cidade, contribuíram para a degradação ambiental, para o empobrecimento da população, para a segregação e exclusão social e espacial. Com isso, se forma um padrão de cidade que está cada vez mais longe de oferecer oportunidades equitativas e justas a seus habitantes.

O adensamento populacional nas cidades implicou em conseqüências diretas sobre a quantidade e qualidade do espaço urbano, bem como sobre o comportamento e ações de seus habitantes em relação à própria cidade. Os espaços públicos – ruas, praças, parques – que deveriam ser locais de encontros, de sociabilidade, democráticos, têm se tornado, muitas vezes, locais de venda e consumo de drogas, de prostituição e de violência. Os espaços privados, por sua vez, não recebem a devida atenção por parte de seus proprietários. A qualidade de vida urbana tem sido cada vez mais questionada em razão dos padrões regressivos de comportamento de seus habitantes e de gestão do poder público, que têm se configurado como regra na cidade. Forma-se um círculo vicioso que contribui para que as pessoas percam referências e padrões de convivência e sociabilidade. As noções básicas de cidadania e democracia têm estado cada vez mais difusas, levando a que seus habitantes percam a crença nos governos e, assim, pouco ou nada participam da condução dos rumos da cidade.

A complexidade desse “objeto” tem despertado cada vez mais atenção de estudiosos de diferentes campos do conhecimento e que, ao abordá-la, adotam diversas perspectivas metodológicas. Aqui, adota-se uma perspectiva crítica com enfoque político-pedagógico pautado na intrínseca relação entre os campos da educação/pedagogia e do urbanismo, com vistas à formação de um processo interativo estabelecido entre todos aqueles que dele participam, de maneira que todos se comportam como educadores e educandos. Nesta situação educativa tem-se como perspectiva que “educador e educando assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer” (FREIRE, 1983).

Deve-se ressaltar que no projeto a cidade não é tratada apenas na sua forma física e através de conceitos tipicamente arquitetônicos/urbanísticos, mas busca-se explorar a

experiência cotidiana do estudante com ela. As atividades propostas no projeto são desenvolvidas para que a experiência do aluno não se realize apenas na escala intra-urbana ou da cidade, mas numa perspectiva transescalar, ou seja, para que ele, ao experimentar a dimensão local, possa perceber que também está experimentando outras escalas, seja a micro-regional, regional ou mesmo a global e vice-versa e que estas escalas geográficas são também escalas de poder.

A escola pública, como espaço público, ou seja, da sociedade, foi o local escolhido para implantar esse projeto, na medida em que suas práticas pedagógicas privilegiam o compartilhamento de ideias, experiências e representações sociais de forma mais democrática. Além disso, seu corpo discente é formado principalmente pelas classes de renda mais baixa. Ela se constitui em um ambiente privilegiado para disseminar conhecimentos abrangentes e críticos em direção à conquista do direito à cidade (CAVALCANTI, 2008, p. 8).

Assim, é no ambiente da escola que se estimula o estabelecimento de relações dos alunos participantes do projeto com a realidade urbana. E é a partir dessas relações, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, que (os participantes) vão dinamizando o seu mundo (FREIRE, 1981).

O papel da escola pode avançar no sentido de apontar novos caminhos emancipadores ao criar ambiente propício para discussão de temas como o direito à cidade, o direito à habitação digna e de qualidade, políticas de inclusão social etc. Estas discussões travadas no ambiente escolar poderão conduzir a um alargamento da noção de espaço público, a ser pensado por cidadãos investidos de cidadania que politizam o cotidiano e cotidianizam a política, através de um processo de reconstrução e reapropriação dos espaços públicos.

O projeto está sendo implantado em escolas públicas de duas cidades de Minas Gerais: Viçosa e Ervália, distantes aproximadamente 35 km uma da outra. Viçosa sedia a Universidade Federal de Viçosa, cuja base econômica e vida cultural giram em torno da citada universidade. Ervália tem sua base econômica principalmente nas atividades agrárias. Na impossibilidade de abranger todas as escolas públicas dos dois municípios, o projeto elegeu uma escola de Ervália e duas de Viçosa. Dois foram os principais critérios que nortearam a escolha das escolas: localização em área central e concentração de alunos de baixa renda oriundos de bairros pobres localizados na periferia da cidade.

A escolha desses critérios se baseia na ideia de que os alunos nessas condições estariam experienciando a cidade de forma mais intensa do que aqueles que estivessem estudando em uma escola de seu próprio bairro, mantendo contato apenas com seus semelhantes. A escola localizada na área central possui diversidade de alunos de diferentes regiões da cidade, com rendas diferentes, em condições socioeconômicas também as mais

diversas. Além disso, tem a questão do deslocamento do bairro periférico até a área central e vice-versa, que geralmente é feito por transporte urbano precário, ou a pé, percorrendo longas distâncias, passando por vários bairros de padrões socioeconômicos diferenciados até a área central, local também de grande diversidade social, econômica, cultural e histórica expressa na sua arquitetura e no urbanismo.

Foram eleitos os alunos das terceiras e quartas séries (quarto e quinto anos) do Ensino Fundamental para participarem do projeto. Nesta fase esses alunos já tiveram, nas disciplinas da educação formal noções básicas de geografia e história da cidade. A escolha de alunos dessas classes está relacionada também à faixa etária, que varia entre nove e doze anos de idade. Os participantes do projeto acreditam no papel transformador e revolucionário da educação e, começar pela educação das crianças – a geração que conduzirá os destinos da cidade no futuro – foi considerado como sendo a melhor opção, uma vez que estas estão numa fase em que assimilam com facilidade uma interpretação mais crítica de sua realidade. Ao conviverem com uma realidade urbana marcada pela desigualdade e por injustiças sociais e espaciais essas gerações acreditam que não há alternativas, não percebendo que outra cidade menos desigual, mais justa e democrática pode ser construída a partir de mudanças de comportamentos, de posturas e de atitudes.

As ações desenvolvidas no projeto buscam despertar nos alunos essa percepção de que é possível construir uma outra cidade e que eles não estão condenados a viverem eternamente em uma cidade injusta e desigual. Eles poderão interferir diretamente na construção da cidade e este projeto de extensão busca mostrar os caminhos.

A educação urbana pode ser um caminho que leve, de forma mais eficaz a uma outra visão de mundo e de comportamento individual e social. Como afirma Lessa ao discutir o tema da cidadania:

Esse é um tema da Educação Urbana. Ela deve informar a reciprocidade das obrigações e direitos e desenvolver, em especial, a divulgação destes últimos. Só assim eles podem começar a existir na prática: direitos só ganham vida quando as pessoas os conhecem, os sentem como seus e se dispõem a exercê-los (LESSA, 2007, p. 3).

A escola, ao tratar os problemas que envolvem o educando em sua vida fora dos muros da escola, poderá levá-lo à compreensão de sua condição de ator social individual e coletivo e da necessidade de sua inserção mais consciente neste espaço, nesta “totalidade do real” (KOSIK, 1976, p. 9-10).

Da mesma forma, poderá conscientizá-lo de seu papel histórico-social na transformação desta realidade. Brandão, em seu livro *O que é método Paulo Freire*, fala do conceito de conscientização,

Ela é uma transformação do modo de pensar. É o resultado nunca terminado do trabalho coletivo, através da prática política humanamente refletida, da produção

pessoal da nova lógica e de uma nova compreensão de Mundo: crítica, criativa e comprometida (BRANDÃO, 1981, p.108).

Ao educar para a coletividade visando à conscientização do aluno para a realidade em que vive, procura-se apresentar-lhe um outro mundo, diferente daquele que impõe os ideais do sistema capitalista, caracterizado principalmente pelo culto ao individualismo e ao produtivismo. As ações previstas neste projeto possibilitarão que o aluno pense de forma consciente sobre as cidades, enfocando aquela onde mora (Viçosa e Ervália, MG) de forma crítica. Não cabe somente dos órgãos públicos pensarem e projetarem as cidades e sim, a todos os cidadãos.

Se a população participa efetivamente do processo de planejamento urbano e da gestão da cidade, a tendência é que os problemas referentes às cidades diminuam e as políticas públicas sejam direcionadas também para as classes sociais menos favorecidas.

Dessa forma, a perspectiva coletiva deve superar a visão individualista do mundo. O diálogo é muito importante para que aconteça o coletivo. Para Brandão, inspirado em Paulo Freire, o diálogo é: *“um dado fundamental das relações de todas as coisas no Mundo. É o sentimento do amor tornado ação”* (BRANDÃO, 1981, p.103).

Este diálogo se constitui no fundamento de todas atividades propostas, criando um ambiente de debates nas aulas, que estimulam os alunos a pensarem a realidade urbana e social em que vivem ou são levados a viver.

Dessa forma, no momento em que prevalece o discurso único da globalização neoliberal – que busca enaltecer o mercado e desqualificar a política – este projeto busca levantar e trabalhar algumas questões: como pensar e construir uma cidade em que as identidades culturais sejam reforçadas e não homogeneizadas? Como fazer com que os espaços desiguais e segregados sejam reduzidos, para dar lugar a espaços de sociabilidade entre diferentes segmentos sociais? Como construir uma cidade democrática? Como formar cidadãos que possam exercer plenamente seus direitos e deveres na cidade com base em princípios como o da solidariedade, da liberdade, da igualdade, da dignidade e da justiça social? Como reafirmar o direito à cidade frente ao fenômeno da globalização neoliberal?

Na tentativa de dar respostas a essas questões, os participantes do projeto compartilham e se orientam também pelos ensinamentos de Milton Santos, quando indica um caminho a ser trilhado:

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único (SANTOS, 2007, p. 14).

O projeto nas escolas

O projeto teve início em 2007, tendo como lócus de implementação uma escola pública municipal de Viçosa. Atualmente, está sendo implementado por uma equipe multidisciplinar, interdepartamental, formada por professores e estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Pedagogia, nos municípios de Viçosa e Ervália. Implantado inicialmente sem a participação de pedagogos, logo se verificou a necessidade desta associação entre urbanistas e educadores para o aperfeiçoamento das ações propostas.

Em Viçosa, o projeto está sendo desenvolvido em duas escolas públicas: CASB (Escola Municipal Coronel Antônio da Silva Bernardes) e Escola Estadual Madre Santa Face e, em Ervália, na Escola Municipal Irany Silva Mattos. No CASB, as crianças participantes frequentam a 3ª série, 4º ano do ensino fundamental, totalizando aproximadamente 80 alunos, divididos em duas classes. Na Escola Madre Santa Face, os participantes frequentam a 4ª série, 5º ano do ensino fundamental, totalizando aproximadamente 120 alunos, divididos em quatro classes. Em Ervália, vinte e cinco alunos da 3ª série do ensino fundamental participam do projeto. Assim, cerca de 225 estudantes têm participado do projeto, anualmente.

As atividades ocorrem semanalmente e duram, aproximadamente, o tempo de 1 (uma) hora-aula, ou seja, 50 minutos para cada classe. Nestas sessões são abordados vários temas sobre a cidade, destacando-se: a produção do espaço urbano; noções de escala – escala da casa, da escola, da rua, do bairro, da cidade, da região -; de centralidade; noções de espaços públicos e privados; de patrimônio cultural; meio ambiente; acessibilidade e mobilidade urbana; os papéis dos poderes públicos locais e dos demais agentes que constroem a cidade; democracia participativa; noções de cidadania; discussões sobre direitos e deveres dos cidadãos.

Busca-se assim despertar os seus sentidos críticos sobre as condições do espaço físico da escola e dos espaços públicos e coletivos da cidade, questionando se estes são realmente democráticos e acessíveis a todos, se o ambiente natural e o patrimônio histórico-cultural estão sendo respeitados pelas pessoas, se os direitos dos cidadãos com relação às questões urbanas são atendidos pelo poder público. Há também a preocupação em levantar e questionar com os alunos quais são as obrigações dos cidadãos (e deles, alunos-cidadãos) e a necessidade destes reconhecerem seus deveres e responsabilidades sociais com relação ao respeito mútuo, às práticas solidárias de convivência urbana e de fiscalização das ações das autoridades públicas.

A abordagem metodológica que tem sido utilizada neste trabalho é aquela conhecida como **pesquisa-ação**. De acordo com FRANCO (2005, p. 486), esta abordagem parte de uma “situação social concreta a modificar e, mais que isso, deve se inspirar constantemente

nas transformações e nos elementos novos que surgem durante o processo e sob a influência da pesquisa”.

Utilizando-se dos procedimentos propostos por esta metodologia, busca-se conhecer a realidade com a qual está se trabalhando para, desta forma, formular ações condizentes com esta realidade visando sua transformação.

Numa perspectiva crítica, esta abordagem fornece o suporte teórico-metodológico básico para que se valorize “a construção cognitiva da experiência, sustentada por reflexão crítica coletiva, com vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera opressivas” (FRANCO, 2005, p. 485).

O conhecimento da realidade é feito de forma interativa com os estudantes em sala de aula, com vistas a extrair “as perspectivas latentes, o oculto, o não familiar que sustentam as práticas”. Já as mudanças, as transformações propostas, são negociadas e geridas no coletivo, com aberta participação dos estudantes e pesquisadores. O pesquisador assume nesta metodologia duplo papel, que se complementam: de pesquisador e de participante do grupo (FRANCO, 2005, p. 487).

Assim, a cada sessão procura-se conhecer a realidade daquele grupo social para proposição de ações negociadas de transformação da prática. Ou seja, a metodologia se constrói a partir da realidade percebida, pelas situações relevantes que emergem do processo (FRANCO, 2005, p. 486). Este procedimento propicia significativa riqueza de informações e descobertas que alimentam a cada momento as propostas de mudança da realidade.

Busca-se com essa metodologia que os sujeitos – estudantes e pesquisadores – ao participarem diretamente no processo, tomem conhecimento das transformações que vão ocorrendo em si próprios e no processo, que é construído e reconstruído a cada momento, num movimento cíclico e em espiral (FRANCO, 2005, p. 486).

A autora assinala que

mediante a participação consciente, os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua autoconcepção de sujeitos históricos. (FRANCO, 2005, p. 486)

Várias estratégias são utilizadas com base nessa metodologia:

Inicialmente, são realizadas reuniões com a comunidade participante visando buscar o envolvimento de todos, principalmente dos profissionais da educação (equipe dirigente, coordenadores, professores e funcionários), para apresentação e discussão dos objetivos e da metodologia a ser utilizada nos trabalhos que são objeto deste projeto.

Concomitantemente, são realizadas pesquisas documentais abrangendo temas urbanos, noções sobre cidadania e temas sobre educação e métodos pedagógicos.

As atividades desenvolvidas visam, de forma lúdica e dinâmica, a construção do conhecimento dos estudantes sobre as questões urbanas de forma que educadores, urbanistas e educandos interajam para que o diálogo e o coletivo aconteçam.

Entre estas atividades, destacam-se:

- Oficinas e dinâmicas interativas (desenhos, fotografias da cidade, colagens, maquetes, etc). Pretende-se com essas oficinas interativas um maior envolvimento e participação das crianças, instigando o interesse delas para com a cidade. Ao fim da atividade, a equipe de trabalho utiliza os produtos como ponto de partida para debater as questões urbanas com as crianças. As exposições destes produtos são também de grande importância para o entendimento do projeto pelos pais e professores dos alunos;
- Percursos urbanos por Viçosa e por Ervália. Essa atividade é realizada com grupos de até 20 alunos. Estes percursos são realizados principalmente na área central, procurando identificar edifícios, conjuntos edificados, prédios que abrigam órgãos ou instituições públicas, ruas, praças, vazios urbanos, patrimônio histórico, problemas ambientais e espaços verdes, discutindo-se também as questões de mobilidade e de acessibilidade urbana, exercitando a observação crítica e a memória das crianças;
- Apresentação de teatros e fantoches que envolvam temas relacionados ao urbano. O teatro e os fantoches, assim como outras formas de expressão de arte, são métodos lúdicos de disseminar ideias, captando mais a atenção e o interesse das crianças acerca do tema;
- Construção, juntamente com as crianças, de um vídeo-documentário sobre Viçosa. Este vídeo-documentário é construído mutuamente envolvendo as crianças, a equipe executora do projeto e os profissionais da escola, como forma de concretizar o aprendizado dos partícipes. São propostos o uso de desenhos, fotografias e outros elementos produzidos pelas crianças, além de depoimentos dos envolvidos no projeto. Também constitui uma forma de difusão para que outros cidadãos que o assistirem se conscientizem de seus direitos e deveres e desenvolvam um outro olhar sobre a cidade. As crianças aprendem também algumas noções de como se construir um vídeo-documentário;
- Elaboração juntamente com as crianças e os demais envolvidos no projeto, de uma cartilha de campanha pela melhoria da qualidade de vida na cidade, contendo questões urbanas, para serem distribuídas nos bairros onde moram. Será proposto,

também, o uso dos elementos resultantes das atividades na construção da cartilha, como os desenhos e fotografias das crianças;

- Visita dirigida à Câmara Municipal e à Prefeitura Municipal.

Considerações finais

Este artigo discute a experiência que vem se desenvolvendo por meio do projeto de extensão universitária *Educação Urbana: construindo cidadania e sociabilidade em escolas municipais de Minas Gerais, Brasil*. Criado em 2007, este projeto de extensão universitária é resultado da união de conhecimentos dos campos da Arquitetura, do Urbanismo e da Educação, e vem sendo implementado por professores e estudantes dos Departamentos de Arquitetura e Urbanismo e de Educação da Universidade Federal de Viçosa, com o intuito de contribuir para uma maior coesão social e urbana.

Inicialmente, foi desenvolvido em uma escola municipal de Viçosa com a participação de um professor-coordenador e um bolsista de extensão. Devido à receptividade da escola ao projeto e a adesão de mais professores e estudantes dos cursos mencionados, foi possível ampliá-lo para abranger mais escolas. Atualmente, está sendo desenvolvido em duas escolas públicas de Viçosa e uma de Ervália, com a participação de cinco professores e de dez estudantes de graduação e do ensino médio. Cerca de 225 alunos dessas escolas têm participado das atividades do projeto, anualmente.

Após quase cinco anos de implementação do projeto, pode-se notar que os participantes têm adquirido uma visão mais crítica da realidade urbana. Verifica-se também um aumento do interesse pelas questões urbanas, tais como: fragmentação do espaço urbano, poluição ambiental, patrimônio cultural, espaços públicos, participação popular, acessibilidade, mobilidade urbana, violência urbana etc.

É possível considerar que as crianças percebem o espaço urbano à sua maneira, de forma imediata, mas que vêm adquirindo noções sobre o que significa ser um cidadão, sobre a necessidade do respeito mútuo e da sadia convivência urbana, de proteger a natureza e os espaços públicos, escolares e de lazer tanto da cidade como de seus bairros e ruas, demonstrando, enfim, o desejo de contribuir de alguma forma para que a cidade ofereça qualidade de vida a toda população e que o espaço urbano é construído pela sociedade, podendo ser melhorado a partir da sua participação cidadã.

A partir de depoimentos de pais e professores é possível perceber também as repercussões das atividades do projeto no comportamento individual do aluno e junto à família.

O projeto tem se constituído numa via de mão dupla para todos os participantes: configura-se em uma espécie de troca de saberes entre os “educadores”, que tornam-se também “educandos”, os quais, por sua vez, tornam-se também “educadores”.

Pedagogos, arquitetos e urbanistas estão experimentando a oportunidade de vivenciar ricas experiências tanto no plano prático, com as aulas e atividades escolares junto ao público atendido, quanto no plano teórico, em forma de estudos de textos e debates sobre os temas abordados, as aulas ministradas e os resultados observados.

Considera-se que a realização dos estudos dos temas pelos pesquisadores da equipe, as discussões pedagógicas e os planejamentos das metodologias e dinâmicas a serem utilizadas nas aulas têm alcançado bons resultados na prática da Educação Urbana com crianças. Mas, ainda há muito que se caminhar e aperfeiçoar em termos de alcance do projeto para as comunidades escolares e a sociedade de modo geral.

Atualmente, há uma demanda das escolas participantes por capacitação de seus professores para a temática da educação urbana e o projeto está se estruturando para atendê-la, de forma a organizar, para o próximo ano, atividades como oficinas e palestras nas escolas, para seus profissionais.

Bibliografia

ANDER-EGG, E. **La ciudad educadora**. Córdoba: Brujas, 2008.

AZEVEDO, J. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; 56).

BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões da Nossa época).

BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, 2003.

BRANDÃO, C. R. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: 1991.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia**. Petrópolis: Vozes, 1982.

Carta mundial do direito à cidade. Disponível em:

http://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/carta_mundial_direito_cidade.pdf. Acesso em 27 de ago. 2011.

CAVALCANTI, L. de S. **A geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. São Paulo: Papirus, 2008.

DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

FERNANDES, A. S.; SARMENTO, T.; FERREIRA, F. I. Cidades educadoras: novas perspectivas das políticas educativas. Disponível em:

http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/42.pdf. Acesso em 27 de ago. 2011.

FARIA, F. **Oscar Niemeyer**: o espetáculo arquitetural_ caderno dos instrutores. Curitiba: Museu Oscar Niemeyer, 2007.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Política**. São Paulo; v. 31; n. 3; p. 483-502; set./dez. 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf. Acesso em 10 de abr. 2010.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 27 de ago. 2011.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LESSA, P. A. **Sem espaço público, não há cidadania**. Disponível em <<http://acd.ufrj.br/~petrus/arquivo.html>>. Acesso em 12 de nov. 2009.

_____. **Urbanismo e educação**. Disponível em <http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/index.php?id_edicao=126&id_tp=3&codigo=06_08_10>. Acesso em 12 de nov. 2009.

_____. Seja cidadão, a cidade é sua. **Jornal da UFRJ**. Set. 2006. p. 8.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MOTTA, E. O. **Direito educacional e educação no século XXI**. Brasília, UNESCO, 1997

PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. O desenvolvimento urbano em questão. **Textos Didáticos**. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 2001.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **O Banco Mundial e as cidades**: construindo instituições na periferia – o caso do PRODUR, Ba. 2006. 243 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2007.

TONUCCI, Francesco. **La ciudad de los niños**: un modo nuevo de pensar la ciudad. 3. ed. Buenos Aires: Losada, 2003.

VAINER, C. B. **Pátria, empresa e mercadoria**: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. A cidade do pensamento do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.